

**PAULO GUEDES E O (NEO) LIBERALISMO: APONTAMENTOS PRELIMINARES
ACERCA DA NOVA (VELHA) DIREITA BRASILEIRA**

**PAULO GUEDES AND THE NEOLIBERALISM: PRELIMINARY
CONSIDERATIONS ABOUT THE OLD-NEW BRAZILIAN RIGHT WING**

Bruno Marques Schaefer¹

Resumo: Este texto trata de uma contribuição aos estudos sobre nova direita no Brasil. Centro-me na análise de textos produzidos por Paulo Guedes, economista chefe da campanha de Jair Bolsonaro (PSL-RJ) a presidência do Brasil. Em primeiro lugar, situo o pensamento de Guedes como “continuador” brasileiro da linhagem neoliberal iniciada por Hayek. Passo, então, a investigação dos fundamentos históricos do neoliberalismo, em especial sua auto identificada relação com o pensamento de John Locke. Após ressaltar o poder e impacto das ideias políticas no caso brasileiro, realizo a análise empírica de entrevistas e textos produzidos por Guedes no âmbito da campanha eleitoral de 2018. Considero que Guedes centra a carga na crítica da socialdemocracia brasileira e se coloca como um seguidor do pensamento de contratualistas como Locke e Hobbes, identifica a elite política – PT e PSDB – como os grandes problemas brasileiros, e propõe uma ideia de governo limitado que se afaste de questões de justiça social e garanta, de forma exclusiva, a defesa de vidas e propriedades.

Palavras-Chave: Paulo Guedes, Bolsonaro, Nova Direita, Neoliberalismo, Ideias políticas.

Abstract: In this paper, I try to contribute to the studies about the Political Right-Wing in Brazil. My analysis is centered in Paulo Guedes’ essays, chief economist of Jair Bolsonaro’s campaign to Brazilian presidency. In the first place, I put Guedes as a Brazilian follower to the neoliberalism initiated by Hayek. In the second place, I started an investigation about the historical foundations of neoliberalism, in special the self-identification with neoliberals and the John Locke’s writings. After the analysis of the power of political ideas in the Brazilian case, I start an empirical analysis about Guedes essays and interviews during the 2018 campaign. I considered that Guedes identified the social democracy as a great problem in Brazil, and put himself as a classical contractualist follower. He identifies the political elite – PT and PSDB – as problems in the Brazilian case, and proposes an idea of limited government, unrelated to social justice issues, and as an exclusive guardian to lives and properties.

Key- Words: Paulo Guedes, Bolsonaro, New political right, Neoliberalism, Political ideas.

INTRODUÇÃO

O neoliberalismo é um movimento político e intelectual que busca, nas palavras de Hayek [1944] (2010), um retorno ao liberalismo clássico dos séculos XVII e XVIII. A ideia de que a função básica, ou talvez a única, dos governos seria a proteção da vida e da propriedade privada é o mantra de toda uma série de pensadores políticos, economistas e

¹ Doutorando em Ciência Política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista CAPES. E-mail: brunomschaefer@gmail.com

jornalistas que, segundo os próprios, provém de uma linhagem iniciada na Inglaterra por John Locke e Thomas Hobbes.

Autores como Friedrich Hayek, Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros (ROCHA, 2015; BOBBIO, 1994), são classificados enquanto os pensadores clássicos do neoliberalismo. Com distintas bagagens e perspectivas teóricas, estes acabam por servir de inspiração a uma série de economistas e agentes políticos que, principalmente a partir dos anos 80, levam a cabo uma série de políticas de liberalização de mercado e privatizações alinhadas aos princípios políticos neoliberais (HARVEY, 2004). Governos como o de Ronald Reagan nos EUA (1982-1990) e Margaret Thatcher no Reino Unido (1979-1990), ditaduras militares como a de Augusto Pinochet (1973-1990), no Chile, e os sucessivos governos de junta militar na última ditadura argentina (1976-1983), serviram-se abundantemente das ideias provenientes dos autores citados no início deste parágrafo, com formas e graus de influência diferenciados.

O prefixo “neo”, como colocado anteriormente, não marca um avanço em termos de novas formulações, mas sim, ao contrário, um retorno às origens de uma espécie de “verdadeiro” liberalismo. Formulado e apropriado de formas bastante particulares. Hayek (1981, p.73), em discurso proferido no *think tank* Centro de Estudios Públicos (doravante CEP), sediado em Santiago no Chile, ainda durante a ditadura de Pinochet, afirma que sua corrente intelectual e política se coloca em defesa dos, auto referidos, princípios básicos da moral ocidental, quais sejam: a propriedade e a família. Para ele:

Los ataques contra las morales de la civilización han estado dirigidos contra dos de sus aspectos. Desde que tenemos una historia de los conflictos sociales, encontramos que existe un movimiento constante de los instintos dirigido, por una parte, contra la propiedad civil y, por otra, contra el matrimonio y la familia.

Nesta conferência, o autor austríaco foca no aspecto dos ataques a propriedade privada que, segundo o próprio, são dirigidos por uma visão de Estado como promotor de justiça social. Um conceito novo de, “apenas”, 100 anos, conforme Hayek (1981, p.80). O retorno a um modelo político que visaria tão somente a manutenção dos pilares da moral ocidental, que garanta a segurança da família, enquanto instituição, e da propriedade privada, torna-se, neste sentido, uma cruzada moral que Hayek, em diversos escritos e conferências, imputa aos seus distintos “continuadores”. Para ele: “Comenzamos domesticando al salvaje; debemos

terminar, aunque aún no hemos comenzado, domesticando al Estado” (1981, p.82). Teleologias à parte, o inimigo declarado do autor é o Estado.

O objetivo deste texto, no entanto, não é centrar-se no pensamento de Hayek e/ou de seus sucessores mais ilustres em termos acadêmicos e políticos. Apesar de recorrentemente voltar a ele ao longo do trabalho, dada sua importância ao movimento neoliberal, meus objetivos aqui são mais modestos. Não pretendo realizar uma genealogia da história do pensamento neoliberal, escrutinando suas contradições internas (HARVEY, 2008) e impactos mais gerais nos diversos governos em que estas ideias tiveram aderência (WEYLAND, 2003). Pretendo discutir o neoliberalismo como pano de fundo, ou melhor, como fio condutor de dois pontos políticos esparsos: o liberalismo político proposto por John Locke ainda no século XVIII e sua caracterização brasileira no pleito de 2018 na figura de Paulo Guedes, economista-chefe do plano de governo do candidato vencedor do primeiro turno das eleições. Desta forma, dialogo, indiretamente, com a literatura que tem por objeto a nova direita no Brasil e no mundo (SOLANO, 2018; CHALOUB & PERLATTO, 2015; MOUFFE, 2015). Esta aparente estranheza anacrônica se justifica por duas razões: (1) o caráter exploratório do trabalho e (2) recorrentes entrevistas concedidas pelo próprio Paulo Guedes, quando o mesmo expôs suas ideias políticas situando a si e seu candidato como espécies de representantes de Locke (e Hobbes, bem na verdade), na disputa eleitoral. Reproduzo trecho:

É importante explicar porque o Jair está subindo nas pesquisas. Você sabe qual a função básica de um governo? Se você perguntar isso para um social-democrata ele dirá que é saúde, educação, mas não é isso. Essa pauta é recente na história, surgiu há uns 300 anos, depois da revolução francesa. A função básica de um governo é proteger vidas e propriedades, e surgiu há 500 anos atrás, com Thomas Hobbes e depois com John Locke. É o que o Bolsonaro está dizendo².

Feitas as ressalvas de que as Ciências Sociais, tal como apontava Marx, não devem centrar-se nunca, tão somente, nos discursos que os agentes sociais fazem de si mesmos³, colho as entrevistas concedidas pelo economista Paulo Guedes, seus textos e o programa de governo do candidato com quem trabalha na tentativa de responder algumas questões, tais como: Quais são os elementos reivindicatórios, que aparecem no material produzido pelo

² <https://www.infomoney.com.br/mercados/politica/noticia/7436031/entrevista-alcmin-e-irrelevante-e-centro-tera-que-escolher-quem-apoiara-no-2-turno-diz-paulo-guedes>, acesso em 27 de agosto de 2018.

³ Marx [1852] (2011, p.60-61): “E, assim como na vida privada se costuma diferenciar entre o que uma pessoa pensa e diz de si mesma e o que ela realmente faz e é, nas lutas históricas deve-se distinguir tanto mais as ilusões nutridas pelos partidos do seu verdadeiro organismo e dos seus reais interesses, deve-se diferenciar as suas concepções de sua realidade”.

autor, vinculados à herança intelectual do pensamento liberal inglês? Quais são os problemas (seus causadores) e soluções para o caso brasileiro?

Na persecução destes objetivos, o ensaio está organizado da seguinte forma: na primeira sessão trato do pensamento lockeano e suas apropriações no caso do desenvolvimento do neoliberalismo; na segunda sessão escrevo sobre o caminho metodológico e teórico escolhido para análise do material empírico, na terceira sessão discuto os resultados parciais da presente pesquisa tecendo, ao fim, as considerações finais.

LOCKE E O INDIVIDUALISMO LIBERAL

John Locke (1632-1704), escreveu suas principais obras em um período conturbado da história inglesa. Durante o século XVII, a “Revolução Puritana”, liderada por Oliver Cromwell, derrotou o Rei Carlos I e instaurou uma República parlamentarista, após violenta guerra civil (1649). Depois do fim da República, com a morte de Cromwell, a Monarquia foi restaurada, nas figuras de Carlos II e Jaime II, para novamente ser derrotada ao final da “Revolução Gloriosa” (1689), quando Locke retorna à Inglaterra depois de exílio nos Países Baixos. O resultado do processo turbulento é o fortalecimento do Parlamento em relação ao Poder Absolutista do Monarca (Guilherme de Orange), sendo que este último acaba por se comprometer, através da “*Bill of Rights*”, com uma série de imposições oriundas do poder legislativo nacional (composto por uma recente burguesia).

Para Skinner (1996), o pensamento de Locke está inserido em uma tradição intelectual e política vinculada ao calvinismo. Para o autor:

A teoria moderna [de resistência política] foi articulada pela primeira vez, de forma consistente, pelos huguenotes, durante as guerras religiosas que assolaram a França no século XVI. Dali passou aos calvinistas dos Países Baixos, chegando depois a Inglaterra e adquirindo grande destaque no contexto ideológico da revolução inglesa durante a década de 1640.

Ao contrário dos calvinistas radicais, no entanto, Locke não fundamentava sua teoria da resistência política (e necessidade da legitimidade do governo) como um dever moral associado a Deus, mas sim como um direito político. A enorme série de turbulências políticas e violências durante o período, logo acabam sendo vistas por Locke como legítimas na medida em que o(s) rei(s) descumpria(m) sua parte no contrato. A função do governo, em Locke, nada mais é do que a defesa da vida e da propriedade. Sendo esta última ainda mais “sagrada”, como poderemos ver adiante.

Esta retomada do pensamento lockeano tem o intuito de situar a obra do autor em termos de sua forma e conteúdo. Quanto à forma é importante dizer que o estilo de escrita de seu mais famoso livro, “O Segundo Tratado sobre o Governo Civil”, era bastante comum no período, tendo a Inglaterra produzido outros grandes autores de “contratos”, sociais, filosóficos ou constitucionais (THOMPSON, 1994)⁴. Nas palavras do próprio Locke [1703] (1913), os autores que analisam a política na época poderiam ser divididos em duas categorias: de um lado os autores que investigavam a origem da sociedade e o início e extensão do poder político, e do outro lado os autores que investigariam a arte do ‘governar homens’ em sociedade. O seu “Segundo Tratado...” acaba por se enquadrar na primeira categoria.

Quanto ao conteúdo, é importante ressaltar que, para alguns autores (BOBBIO, 1994; SKINNER, 1996), a obra de Locke, em geral, e o “Segundo Tratado ...”, em particular, constitui a base do pensamento liberal que virá a se desenvolver posteriormente (BELL, 2014). Argumentos que, de uma forma ou de outra, com tensões, aparecem em várias das obras de pensadores, autoproclamados, liberais, tais como: a ideia de governo limitado, não interferência do Estado em assuntos privados, o direito de resistência à tirania, a superioridade do governo de leis sobre o governo dos homens (BOBBIO, 1994, p.17), bem como a concepção “individualista” da sociedade. Nas palavras de Bobbio (1994, p.15), a doutrina liberal é aquela: “(...) segundo a qual o homem [indivíduo] existe antes da sociedade e suas instituições políticas. Esta somente é possível a partir de um contrato entre ‘iguais’, em que garante, de uma parte, a obediência ao ordenamento jurídico, e de outro a garantia da manutenção dos direitos naturais”. Por direitos naturais entende-se a vida e, com mais ênfase, a propriedade. As palavras de Locke (1963, p.89), em sua metáfora sobre o exército, deixam bastante claro esta ideia:

(...) vemos que nem o sargento, que poderia dar ordem a um soldado para postar-se diante da boca de um canhão ou em uma brecha onde quase com toda certeza perecerá, pode ordenar ao soldado que lhe dê um pêni do dinheiro que tem; nem o general, que pode condená-lo a morte por abandono do posto ou por que não obedeça as ordens mais desesperadas, tem poderes, apesar do domínio absoluto de vida ou morte, para dispor da menor porção de propriedade do subordinado ou apoderar-se da menor parcela de seus bens, podendo, entretanto, ordenar-lhe tudo o que quiser, enforcando-o pela mais leve desobediência.

⁴ Os mesmos eventos são vistos e descritos de forma distinta por outro grande pensador político do período, Thomas Hobbes. Para Hobbes, o estado de turbulência das guerras civis deveria ser evitado a todo o custo e, apesar do governo ter funções semelhantes às vistas por Locke, da parte dos contratantes, o povo, não haveria possibilidade, ou direito, de resistir ou sabotar o governo, visto que uma posição contrária ao Estado acaba sendo uma posição contrária a si mesmo.

Nada mais claro acerca dos fundamentos liberais clássicos. O comandante do exército, que tem obrigação de zelar pela defesa de seus soldados e, com eles, do país, possui poder absoluto de mando, inclusive sobre a vida, mas torna-se tirano no momento em que excede esta autoridade indo ao caminho da usurpação da propriedade. Trata-se da defesa, em última instância, da liberdade negativa, nas palavras de Berlin (1969), ou liberdade dos modernos, segundo Bobbio (1994)⁵. Estas se opõem à liberdade positiva ou dos antigos. Enquanto o primeiro grupo se refere à liberdade de um sujeito de fazer o que se quer fazer sem a interferência de outros (O que (qual) é a área dentro da qual o sujeito é ou deve ser deixado para fazer o que ele é capaz de fazer – ou ser – sem a interferência de outros?), no segundo grupo encontram-se as liberdades em termos da política, da forma como o poder é distribuído (O que, ou quem, é a fonte de controle ou interferência que pode determinar alguém para fazer, ou ser, isso e não aquilo?). Em sua conhecida crítica da liberdade positiva, e seus excessos supostamente totalitários, Berlin (1969) se vincula a ideia mais geral dos pensadores neoliberais no sentido de que democracia (como o poder é distribuído?), não é sinônimo de liberdade, ou melhor, liberalismo (HAYEK, 2010; BOBBIO, 1994)⁶. Voltarei a este ponto mais adiante, agora retomo a obra de Locke⁷.

O “Segundo Tratado...”, publicado originalmente em 1690, conta, nas palavras de Waldron (1994), duas histórias distintas, porém, possivelmente, tal como o próprio autor propõe, complementares. De um lado, a história, mais conhecida, do contrato. Esta divide a história em dois momentos: no primeiro os homens⁸ viviam em liberdade no estado de natureza e, em um segundo momento, acabam por assinar, racionalmente, um contrato para instituir um governo, que garantiria os direitos naturais. Do outro lado, a história menos conhecida de Locke que, para Waldron, é um exercício de teorização baseada no que poderia se chamar de antropologia política. A evolução das instituições políticas partiria de grupos com forte centralização – e informal – autoridade, até modernas estruturas de poder, com maior formalidade e procedimentos baseados em critérios objetivos: a lei. Waldron escreve: “(...) there was a tendency for authority to become less informal and gradually more

⁵ Retomando a definição de Benjamin Constant (1818).

⁶ Berlin (1969, p.19): “(...) liberty in this sense means liberty from; absence of interference beyond shifting, but always recognizable, frontier”.

⁷ Uma boa referência ao conceito de liberdade negativa, tal como pontuado por Locke (apesar do autor não trabalhar com o conceito), é o seguinte: “(...) liberdade de seguir minha própria vontade em tudo quanto a regra não prescreve, não ficando sujeita à vontade inconstante, incerta e arbitrária de qualquer homem (...)” (1963, p.17).

⁸ E neste ponto é necessário frisar que é o conceito de homens a ser trabalhado por Locke (SHAPIRO, 2006). O contrato, afinal de contas, exclui, como bem exposto pela literatura crítica, os “não-cidadãos”: mulheres, negros, crianças... Para maior aprofundamento ver Mills (1997) e Pateman (1993).

institutionalized so that there developed recognizable procedures for resolving disputes and dealing with social infractions, and specialist officials to operate them” (1994, p.53). A complexificação do aparato de governo, no entanto, leva à maior possibilidade de que ocorra corrupção e abuso de poder, ao mesmo tempo em que pode crescer o sentimento de “mistificação” em relação ao próprio poder deste aparato. Para Locke, como o processo é gradual: “(...) men could easily be mystified about its nature and justification (...)”. Este passa a ser o cerne da crítica de Locke ao chamado “direito divino” dos reis. Para ele: “A liberdade do homem na sociedade não deve ficar sob qualquer outro poder legislativo senão o que se estabelece por consentimento na comunidade (...)” (1963, p.17). O governo de leis e não de homens é o objetivo perseguido. Para Waldron, mesmo em Locke, este objetivo não é alcançado, teoricamente, de uma só vez, mas leva tempo, o que possibilita observar o “Segundo Tratado...” como um contrato “moral” contínuo, em que as partes estão obrigadas a seguirem suas determinações.

Logo, o início das sociedades políticas é marcado por um acordo consciente e racional dos homens que, livres, no estado de natureza, fundam o governo. Para Locke (1963, p.71): “(...) temos motivos para concluir que todo princípio pacífico de governos se baseou no consentimento dos homens”. Ou seja, ao contrário de Hobbes, que vê na formulação do Estado (Leviatã) o início da política, a garantia da vida e da propriedade, para Locke o Estado acaba por garantir liberdade pré-existente. Sendo continuamente “testado” nesses termos. Existem, no entanto, duas oposições intelectuais a esta estória, antecipadas por Locke: a primeira é a ideia de que não há exemplo na história de um governo constituído pelo consentimento de homens livres; a segunda é a ideia de que os homens, tendo nascido sob um governo específico, não têm a liberdade de fundar outro. Sobre as duas oposições Locke argumenta que a história demonstra que, sim, os governos são fundados a partir do livre consentimento e racionalidade dos envolvidos, dando como exemplo os povos indígenas, sob os quais abundavam, em sua época, relatos de cronistas dos países colonizadores: “(...) essas sociedades começaram todas de união voluntária e de acordo mútuo de homens que agiam livremente na escolha dos governantes e das formas de governo” (1963, p.64). Sobre a segunda oposição, Locke argumenta que se os homens não fossem livres para vir a fundar um governo, estando desde sempre vinculados a outro, não haveriam divisões dos reinos existentes. A possibilidade de vir a fundar um novo país com outras formas de distribuição de poder ou outras instituições foi marcante na história. Neste ponto, é interessante perceber, que na defesa de seu modelo, Locke marca uma crítica aos governos tirânicos, de poder autoritário, tal como a Monarquia inglesa, antes da “Revolução Gloriosa”. Em termos

‘incrementalistas’, podemos situar o pensamento do autor em uma crítica ao “Antigo Regime”, e uma defesa das liberdades individuais, inclusive em termos de legítima resistência. Não cabe aqui realizar uma longa revisão das apropriações destes conceitos, em termos de sofisticação ou crítica, ao longo dos séculos seguintes, mas situar estes principais elementos do pensamento lockeano no que viria a ser chamado de neoliberalismo. Hayek, como escrevi na introdução do presente ensaio, acaba por ser um dos principais representantes do movimento (BOBBIO, 1994), que ganha força a partir do final da Segunda Guerra e instituição de diversos governos de matiz socialdemocrata na Europa e, mesmo, nos Estados Unidos.

A reestruturação das formas de Estado, no pós-guerra, segundo Harvey (2008, p.19): “(...) pretendia impedir as condições catastróficas que tanto ameaçaram o poder capitalista na grave crise dos anos 1930. [...]. Foi preciso assegurar a paz e a tranquilidade domésticas e firmar alguma espécie de acordo de classe entre capitalistas e trabalhadores”. O Estado passa a regular fortemente a especulação financeira, uma das causas da crise de 1929, ter funções ativas como produtor (execução de obras públicas, garantia do pleno emprego e assistência social), bem como concentrar-se na necessidade de manter o crescimento econômico e bem-estar da população. Para Hayek, que escreve no “calor” dos eventos, a reestruturação marca uma “tendência moderna” ao socialismo (2010, p.39):

A tendência moderna ao socialismo não implica apenas um rompimento definitivo com o passado recente, mas com toda a evolução da civilização ocidental, e isso se torna claro quando o consideramos não só em relação ao século XIX, mas numa perspectiva histórica mais ampla. Estamos rapidamente abandonando não só as ideias de Cobden e Bright, de Adam Smith e Hume, ou mesmo de Locke e Milton, mas também uma das características mais importantes da civilização ocidental que evoluiu a partir dos fundamentos lançados pelo cristianismo e pelos gregos e romanos.

Este movimento argumentativo é importante, pois (auto) situa Hayek enquanto uma espécie de “verdadeiro” liberal. No período, Keynes, economista que teve suas ideias muito associadas ao Estado de bem-estar social, inclusive como consultor do *New Deal* de Roosevelt nos EUA, também se considerava um liberal, assim como outros defensores do papel ativo do Estado enquanto “corretor” de desigualdades sociais, tais como John Dewey e L.T. Hobhouse (BELL, 2014). Estes autores celebravam a passagem do liberalismo enquanto ideologia: “(...) of *laissez faire* to one that justified the use of systematic government intervention to reduce harmful disadvantages” (BELL, 2014, p.685). Para Hayek, no entanto, e Paulo Guedes, em nosso caso específico, a necessidade do Estado se justifica somente no

sentido de manutenção da vida e da propriedade, sendo que qualquer outra intervenção acaba por ser ilegítima. Além de restrição à liberdade negativa, tão defendida por Berlin, a intervenção do Estado em assuntos econômicos acaba por limitar as taxas de lucro do capital (HARVEY, 2008; ROCHA, 2015). No primeiro caso, existe uma oposição teórica e no segundo uma oposição prática.

O liberalismo político, constituição do governo por maioria, e manutenção deste critério para tomada de decisões, também acaba por ser “esquecido” pelos neoliberais (KALTWASSER, 2014). Em suma, a ideia de liberdade política não é coincidente, ou causa, da liberdade econômica, o que acaba por levar as duas a ocuparem posições – geográficas – distintas no plano da disputa ideológica. Qualquer forma de dirigismo econômico, ou planificação, tal como existente na Europa no período em que Hayek escreve, seria um ataque frontal à liberdade que poderia levar ao socialismo (sinônimo, para o autor, de totalitarismo), e à barbárie. A sociedade é composta por indivíduos em competição, em que o egoísmo, como valor moral (um salto em relação a Locke), possui um papel essencial. Nas palavras de Echeverria (2016, p.49): “(...) la sociedad libre promovida por los liberales no es más que un gran mercado (o un conjunto de mercados), en relación al cual (o a los cuales), el sujeto es por sobre todo un competidor, ya sea como productor, oferente, consumidor o cliente”. A concepção individualista de sociedade, tal como exposto em Locke, se eleva a uma relação de mercado, consumidor, cliente e produtor. O Antigo Regime, antes o Poder Absoluto do monarca, passa a ser qualquer regime, ou governo, que busque atuar economicamente. Questões práticas como o controle da inflação e geração de empregos passam pelo crivo normativo da não interferência. Estas ideias, como coloquei anteriormente, serviram de substrato a uma série de políticas adotadas pelos mais diversos governos a partir da década de 70. Na próxima sessão trato dos aspectos metodológicos considerados neste ensaio, de modo a possibilitar o estabelecimento de relações entre este arcabouço teórico-normativo e a disputa política brasileira atual.

IDEIAS E CENTROS DIFUSORES

Na análise do material escolhido, valho-me do escrito por Brandão (2010). Para o autor (2010, p.367), a análise da história social das ideias políticas no Brasil deveria (ou deve) se dar a partir de duas frentes: (1) observar certas expressões intelectuais como movimentos que se articulam em transformação: “(...) tem, portanto, uma gênese, um núcleo de temas, problemas e respostas comuns (que é preciso identificar), uma evolução diante de novas

questões que precisa enfrentar [...] transformou-se em ideologia, deu luz a atores e, às vezes, se perpetuou ou sobreviveu por formulações à primeira vista distantes (...). Neste sentido, mesmo que dentro de um mesmo “movimento” diversos autores e autoras possam ter seguido por caminhos distintos, o que existe é um núcleo duro que se legitima desde a Academia causando efeitos na vida social mais geral. A segunda frente (2), na visão de Brandão, seria assumir a formulação de Ianni (1971, p.7-35), de que a disciplina acadêmica (no caso por ele analisado, a sociologia)⁹, formou uma espécie de “consciência” social no Brasil. Uma agenda de pesquisas torna-se, ao longo do tempo, um projeto político, o fundamento ideológico de ações políticas “práticas”.

Os exemplos deste processo, no caso brasileiro, são variados: desde o papel assumido por Oliveira Vianna na ditadura do Estado Novo, como intelectual da ordem e “justificador” do autoritarismo; até o papel do marxismo na formulação de soluções políticas dentro de partidos específicos (PCB)¹⁰, ou como “alvo” a ser abatido pelos seus mais diversos opositores. Como exemplo também pode-se citar a tradição liberal-constitucionalista norte-americana e sua manifestação em escritos de autores (e atores políticos) tão diversos como Rui Barbosa, Tavares Bastos e Bolívar Lamounier, tal como exposto por Brandão (2010).

As ideias e os movimentos intelectuais, apesar da história política brasileira ser fragmentada, nas palavras de Brandão, tem relevância na agenda política e possuem diversos pontos “geradores” ou “sistematizadores”. O papel da Academia e dos partidos políticos, principalmente comunistas, no século XX, é imprescindível para que se entendam estes percursos intelectuais. Institutos de pesquisas e outros centros de formulação e sistematização de conceitos e ideias políticas, tais como, no caso brasileiro, a Escola Superior de Guerra (ESG), antes e durante a ditadura civil-militar, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), como promotor do pensamento liberal e organização de fomento ao golpe de Estado de 64 no Brasil, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), como formulador do substrato intelectual das reformas de base propostas por João Goulart, entre outros (LAMOUNIER, 2014). Ao fim dos anos 80, no Brasil, e muito mais ao princípio do século XX em outros países, como EUA, Inglaterra e mesmo o Chile, surgem organizações que, conceitualmente e politicamente, passam a ser definidos como centros “difusores” de ideias, os *think tanks*. Nas palavras de Rocha (2015, p.262), estes podem ser definidos:

⁹ Em nosso caso, a presença da economia como ciência que define o que é, ou não, legítimo de se debater na esfera pública, tem se tornado uma constante, tal como apontado por Loureiro (1997).

¹⁰ E mesmo as referências ao socialismo democrático no caso do Partido dos Trabalhadores.

(...) de modo mais genérico como instituições permanentes de pesquisa e análise de políticas públicas que atuam a partir da sociedade civil, procurando informar e influenciar tanto instâncias governamentais como a opinião pública no que tange à adoção de determinadas políticas públicas.

Dispostos em um *continuum*, os *think tanks* poderiam ser classificados como desde aqueles politicamente “desinteressados”, ou seja, mais voltados a atividade acadêmica do que propriamente uma divulgação de certo conjunto de ideias políticas (Fundação Getúlio Vargas (FGV), no caso do Brasil), até aqueles politicamente “interessados”, que buscam a formação de quadros para atuação no Estado e participam da vida partidária (os velhos IPES e ISEB, o novo Instituto Liberal, entre outros). O crescimento deste tipo de organização, principalmente associada à direita política, é sentido desde, ao menos, a década de 70. Atualmente a organização Atlas Network¹¹, rede que busca associar todos os *think tanks* do mundo que se vinculam, ideologicamente, as ideias de Hayek, contabiliza 494 “parceiros” ao redor do planeta¹². Destes, 188 estão nos Estados Unidos, 82 na América Latina e Caribe, sendo que, no Brasil, são 15 organizações¹³. A organização que merece destaque neste artigo é o Instituto Millenium, fundado em 2005 por, dentre outros, o economista Paulo Guedes, objeto deste trabalho. Seus objetivos políticos são, como ressaltado por Lima (2009), a defesa do:

(...) direito de propriedade, as liberdades individuais, a livre iniciativa, a afirmação do individualismo, a meritocracia, a transparência, a eficiência, a democracia representativa e a igualdade perante a lei, atribuindo-se ao Estado, nas esferas limitadas pelas instituições constituídas sob o estado de direito, a responsabilidade de servir a cada um e a todos no provimento, principalmente, de segurança, justiça, igualdade de oportunidade através de saúde e educação básicas, e qualidade ambiental.

A organização é uma das patrocinadoras dos Fóruns da Liberdade, eventos ocorridos anualmente no Brasil, que servem como momentos de “difusão” e encontro de pensadores e políticos vinculados à versão do liberalismo aceita e promovida por estas organizações. Paulo Guedes foi palestrante convidado do evento em quatro edições (1990, 1991, 1996 e 2006), e agora se faz mister descrever sua biografia¹⁴.

¹¹ Fundada em 1981, com sede em Washington (EUA).

¹² <https://www.atlasnetwork.org/partners/global-directory>, acesso em 06 de setembro de 2018.

¹³ Estudantes pela Liberdade (MG), Instituto Atlantos (RS), Instituto de Estudos Empresariais (RS), Instituto de Formação de Líderes (SC, MG e SP), Instituto Liberal (SP e RJ), Instituto Liberdade (RS), Instituto Millenium (RJ), Livres (RJ), Líderes do Amanhã Institute (ES), Instituto Ludwig Von Mises (SP), Mackenzie Center for Economic Freedom (SP), Students for Liberty (SP).

¹⁴ <http://forumdaliberdade.com.br/i-ao-xx/>, acesso em 12 de setembro de 2018.

Nascido em 1949, no Rio de Janeiro, graduou-se em economia pela PUC-RJ (Pontifícia Universidade Católica), na década de 70, obtendo, pela Universidade de Chicago, os graus de mestre (1977) e *Phd* (1979)¹⁵. A instituição foi, e é, um centro de formação de economistas sob uma perspectiva ortodoxamente liberal (ROCHA, 2015, CODATO et al., 2016). Teve atuação profissional como docente em diversas universidades (PUC-RJ, FGV-RJ, IMPA¹⁶, IBMEC¹⁷), e no mercado financeiro (Banco BTG-Pactual, Bozano Investimentos e JPG Investimentos)¹⁸. Como fundador do Instituto Millenium e consultor da campanha presidencial do candidato Jair Bolsonaro (PSL-RJ), acabou por tornar-se figura frequente na mídia, por meio de entrevistas e textos publicados. Apesar de sua atividade propriamente político-partidária se restringir a consultoria ao então candidato Guilherme Afif Domingos (no então Partido Liberal, em 1989), Guedes se apresenta como figura interessante no debate público, situando-se como representante das ideias neoliberais, e tendo, no Instituto Millenium, suporte para esta atuação.

Guedes é aqui tratado como intelectual na medida em que atua na esfera pública, publicando textos, concedendo palestras, entrevistas e formulando – no passado e no presente – planos de governo. Trata-se, nas palavras de Lamounier (2014, p.24): do “(...) letrado [que] se desloca em direção a uma fronteira imaginária entre a vida cultural ou científica da vida pública”. Apesar de Guedes possuir uma produção acadêmica pífia, ou nula, sua atuação na vida pública é notória, e sua relevância recente o qualifica enquanto promotor de ideias relevantes ao debate político. As diversas perspectivas de análise sobre o que seria um intelectual e suas áreas de atuação e formação, no entanto, é amplo e não será esgotado aqui. Desde uma concepção gramsciana que coloca o intelectual como orgânico em sua classe social, até a concepção de Mainheim do intelectual enquanto ser livre em relação às classes, circulando entre extratos, muito se avançou em termos de pesquisa empírica. Situar as trajetórias individuais ao que Brandão chamou de movimentos é interessante para a percepção de como os agentes constroem problemas e solução para casos nacionais específicos. Dito de outra forma, o que Guedes escreve sobre o Brasil é importante na medida em que expõe um conjunto de ideias que, longe de serem exclusivamente suas, tornam-se objeto de debate, e possuem longínqua gênese histórica. Trata-se da apropriação de um legado e sua (re)atualização.

¹⁵ <https://www.bloomberg.com/research/stocks/private/person.asp?personId=22846043&privcapId=244807990>, acesso em 12 de setembro de 2018.

¹⁶ Instituto de Matemática Pura e Aplicada.

¹⁷ Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.

¹⁸ <https://www.infomoney.com.br/mercados/politica/noticia/7358329/chicago-boy-ajuda-acalmar-banqueiros-receosos-com-jair-bolsonaro>, acesso em 12 de setembro de 2018.

Passo agora à análise do material empírico.

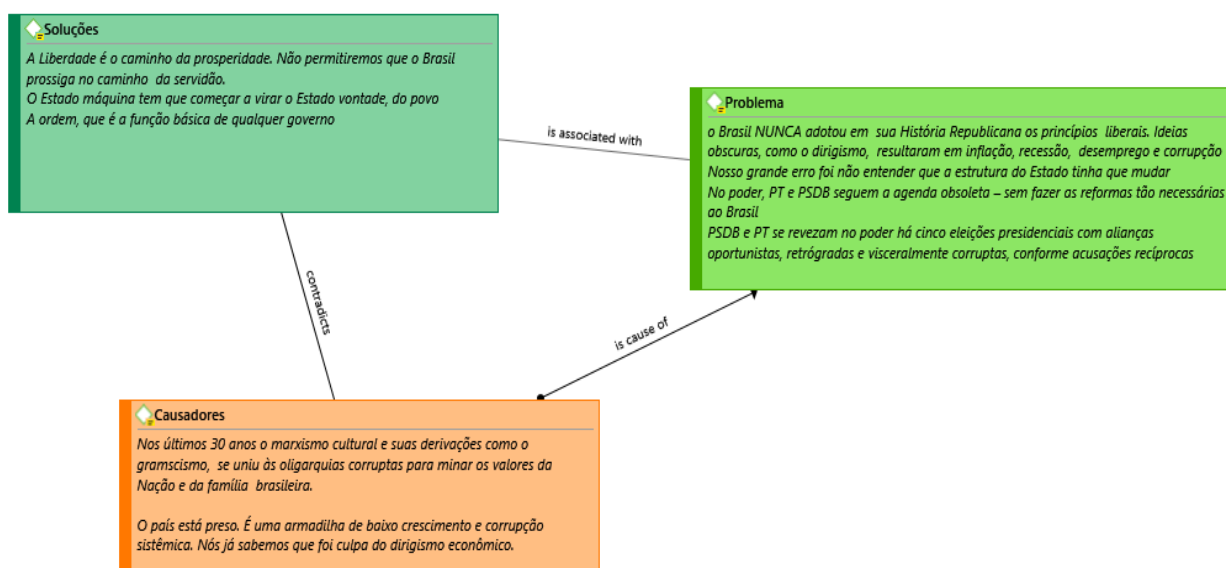
PAULO GUEDES EM TRÊS ATOS

O material analisado empiricamente é colhido em três fontes: 1) artigos escritos por Paulo Guedes disponíveis no sítio eletrônico do Instituto Millenium. Originalmente, estes artigos foram publicados no jornal de circulação nacional “O Globo” e na Revista “Época”, ambos pertencentes ao grupo Globo de comunicação. Temporalmente, os artigos foram escritos entre o final de 2010, primeira eleição de Dilma Rousseff, e junho de 2018, período de maior engajamento de Guedes na campanha eleitoral presidencial. 2). Entrevistas concedidas por Paulo Guedes no período de pré e campanha eleitoral no ano de 2018. 3). Por fim, o programa de governo de Jair Bolsonaro, do qual Paulo Guedes foi o coordenador de sua parte econômica.

Analiso três temas que vinculam, intelectualmente, os textos produzidos por Guedes ao exposto na revisão deste ensaio, quais sejam: (1) a ideia de uma transição não ocorrida, no caso do Brasil, entre um “Antigo Regime” até uma sociedade politicamente aberta (identificação do “problema” brasileiro); (2) a investigação de quem seriam os atores políticos “responsáveis” pelo “problema”; (3) por fim, a solução “possível”, apresentada pelo candidato ao qual Guedes se encontrava vinculado.

Na figura 1, relaciono os códigos construídos e sistematizados no software de análise qualitativa Atlas.ti. No anexo 1, exponho as citações específicas extraídas do material e codificadas dentro dos temas.

Figura 1



O “problema” brasileiro, tal como formulado por Guedes em suas entrevistas e artigos, e indiretamente no programa de governo de Bolsonaro, possui duas naturezas: (1) na questão moral, o problema da corrupção e degeneração do sistema político, que acaba estando relacionado (2) com o fato do Estado, problema de natureza teórico, não entregar serviços básicos essenciais, mas, principalmente, não garantir a ordem e a segurança das pessoas. Em vários momentos Guedes retoma a ideia de que a função básica do governo, e talvez única, é a garantia da segurança¹⁹. A degeneração dos valores “familiares”, nos moldes do pensamento de Hayek, está associado a aspectos tão díspares quanto a situação da economia – o fato da República brasileira nunca ter sido efetivamente liberal – e as alianças de PT e PSDB com “oligarquias” regionais: no caso de ambos os governos as alianças com o PMDB, bem como outras peripécias intelectuais: como a ideia de que o Brasil viveria sob uma ditadura do politicamente correto.

Identificados os problemas, faz-se necessário identificar os culpados: estes, em Guedes e no programa de Bolsonaro, acabam sendo diferentes. Se, de um lado o economista acaba por culpar, de modo geral, a incompetência da socialdemocracia brasileira, no pós-Ditadura Militar, que nunca atacou, em suas palavras, de modo efetivo, o desequilíbrio fiscal existente no país, considerando que PT e PSDB seriam partidos “semelhantes”; do outro, em específico, o “marxismo cultural”, e suas derivações “como o gramscismo”²⁰. A “esquerda” estaria no poder há 30 anos no país. A identificação de qualquer governo anterior com o que deve ser combatido, coloca Guedes e seu candidato nas respectivas posições de diferentes em relação ao *establishment* político. As soluções passam, logicamente, nesta linha de argumentação, a necessidade de extirpar do poder os adversários, e todos aqueles que não comunguem com a “aliança de centro-direita”, tão defendida por Guedes. Conservadorismo em relação aos costumes, e liberalismo em relação a economia: mantra que não constitui, exatamente, uma novidade.

Utilizei o software de análise qualitativa Iramuteq no sentido de realizar análises de similitude dos termos empregados por Guedes em suas entrevistas e textos. Para Ribeiro (2017, p.105) a análise de similitude se baseia: “(...) na teoria dos grafos, que relaciona determinados termos de um conjunto, e possibilita identificar as co-ocorrências entre as palavras indicando a conexão entre as palavras constantes de um corpus textual definido (...)”. Como se pode observar na figura 2, as palavras PT e PSDB se encontram fortemente

¹⁹ “A ordem como função básica de qualquer governo”.

²⁰ <https://www.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/bolsonaro-apresenta-programa-de-governo-com-81-paginas-veja-as-propostas-8m8x1f2a6ga811g7qq0ly9gy>, acesso em 12 de setembro de 2019.

solução para o problema. A identificação da socialdemocracia com todos os governos eleitos democraticamente no país é um exercício de “esgarçamento conceitual”, nas palavras de Sartori (1970), que tem função política, e não essencialmente teórica. Trata-se da construção de cordão higiênico que divide o “nós” e o “eles”. A cientista política Chantal Mouffe (2015), em sua atualização do pensamento de Carl Schmidt, acaba por identificar a radicalização de alternativas políticas de extrema-direita com a não diferenciação dos partidos consolidados (*establishment*) em esquemas claros, opostos. Na medida em que, no caso Inglês, por exemplo, os partidos Trabalhista e Conservador passaram a adotar a mesma política econômica, desde os anos 90, o eleitor passa a escolher opções mais “radicais”. Diferenciar-se em termos do novo, mesmo que se referindo as tradições, a formas de moral ditas “majoritárias”, torna-se uma estratégia produtiva para o campo da direita. Dividir a sociedade em nós e eles, e passar do aspecto democrático do conflito entre adversários, para o conflito entre inimigos, ameaça os fundamentos legais do liberalismo, mas possibilita vitórias mais imediatas. O recurso ao liberalismo econômico, como fundamento intelectual, possibilita também uma nova “roupagem” a um discurso bastante arraigado na sociedade.

Não se trata aqui, no entanto, de realizar uma análise que leve em conta a “pureza” do pensamento liberal de um grupo político, em relação a seus antecedentes históricos (HAYEK, 2010; LOCKE, 1963). Trato de perceber em que medida o edifício de ideias políticas deste mesmo grupo acaba por se erguer, justificando-se, tendo como base o pensamento liberal tão plural de pensadores como Locke e Hayek. Para não cair no mesmo anacronismo, ou esgarçamento conceitual, que localizo nos textos de Guedes e no programa de Bolsonaro, é necessário reter alguns dos pontos básicos destas obras. As ideias de que o país nunca viveu sob princípios “genuinamente” liberais, que há uma transição incompleta entre um Antigo Regime e uma sociedade politicamente livre ou aberta, que o excesso de gastos sociais e regulamentação do trabalho prejudica a liberdade de empreender, e que a função básica, ou única, de um governo, constituem um núcleo “duro”, nas palavras de Brandão (2010), de uma espécie de nova (velha) direita do espectro político. A cruzada moral de defesa da liberdade, proposta por Hayek, é importante ressaltar, nada tem a ver com a manutenção ou aprofundamento da democracia. Garantir as liberdades negativas, ou seja, a liberdade de não sofrer interferência, é sim o objetivo deste tipo de articulação.

O não apressamento pelo ideal mais geral da democracia, ou do modelo de liberalismo político proposto mesmo em Locke²³, se cristaliza com iniciativas que tiram da maioria o

²³ Populismo lockeano nas palavras de Shapiro (2006).

poder de decisão sobre políticas públicas, ou mesmo o funcionamento do Estado. O caso de propostas como a independência do Banco Central e o fortalecimento do Judiciário como ator relevante, são ilustrativas desta estratégia mais geral. Um Banco Central independente, em termos democráticos, representa a terceirização da política econômica a forças alheias ao processo político, independentemente dos critérios técnicos que poderiam subsidiar essa escolha (HARVEY, 2008). O fortalecimento do Judiciário, como ator soberano, tira da maioria do povo capacidade de decisão, porque os custos de se acessar o sistema legal são elevados, bem como o recrutamento do judiciário tende a reproduzir traços elitistas.

Outro aspecto interessante, trazendo novamente Locke ao debate, é que a concepção individualista de sociedade se mescla a um (neo) conservadorismo moral. Instituições sociais, como a família e a religião, acabam por entrar na política como elementos intrínsecos ao debate. O Antigo Regime, criticado por Locke, volta a baila como justificativa moral de determinadas posições – em simbiose ao liberalismo econômico. Harvey (2008, p.92), ao descrever este processo no caso estadunidense, comenta que: “Os neoconservadores americanos são favoráveis ao poder corporativo, à iniciativa privada e à restauração do poder de classe”. O que leva ao sincronismo com a ideia neoliberal mais geral de: “(...) governança pela elite, desconfiança da democracia e manutenção das liberdades de mercado”. Um programa, via de regra, moral e econômico, sendo indissociáveis as duas esferas. Ponto de união entre Guedes e Bolsonaro, e destes com a Meca liberal (Hayek), mas de afastamento, em termos políticos, ao pensamento de Locke. “Nada de novo no front”, a atualização de um programa amadurecido durante o século XX, ataca o papel do Estado como promotor de justiça social, situando-o como uma esfera neutra que age em vias de garantir contratos e, tal como o General de Locke, possui poder sobre a vida, mas não pode vir a reter nem uma ínfima parte da propriedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo busquei articular a ideia mais geral do liberalismo proposto por Locke com o debate promovido por Paulo Guedes no pleito presidencial de 2018. Como se pode ver, Guedes identifica o problema brasileiro como sendo uma transição malsucedida entre um Antigo Regime (socialdemocracia) até uma sociedade politicamente aberta livre. Neste sentido, o economista se situa como um continuador dos clássicos liberais e neoliberais.

A dimensão moral da disputa política, defesa da família, é um elemento de união entre os programas de Bolsonaro e Guedes, e destes com Hayek. O desprezo, ou esquecimento, de elementos do liberalismo político, em face ao liberalismo econômico, são recorrentes, dado que, principalmente no plano de governo do candidato, a esquerda, socialdemocracia ou qualquer outro nome dado aos “inimigos”, devem ser extirpados do debate público. PT e PSDB são tornados iguais. Liberdade de mercado, em suma, passa a ser a grande conquista civilizacional a ser alcançada.

Em termos mais gerais, o papel das ideias na formulação de políticas constitui uma agenda de pesquisas interessante. Faz-se necessária explorações dos substratos intelectuais que fundamentam determinadas ações de agentes ou grupos políticos. No caso aqui analisado, fica evidente que o legado liberal está em disputa e serve a reinterpretções e renormatizações que levam em conta a disputa eleitoral mais imediata.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELL, Duncan. What is Liberalism? *Political Theory*. Vol. 42 (6). 2014.

BERLIN, Isaiah. Two concepts of liberty. In: BERLIN, Isaiah. *Four Essays on Liberty*. Oxford: Clarendon Press, 1969.

BOAS, T. C.; GANS-MORSE, J. Neoliberalism: From new liberal philosophy to anti-liberal slogan. *Studies in Comparative International Development*, v.44, n.2, p.137-161, 2009.

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. 5ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRANDÃO, Gildo Marçal. Ideias e Argumentos para o Estudo das Ideias Políticas no Brasil. In: MARTIN, Carlos B.; LESSA, Renato. *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Ciência Política*. São Paulo: Barcarolla/Anpocs, 2010.

CHALOUB, J.; PERLATTO, F. Intelectuais da “nova direita” brasileira: ideias, retórica e prática política. 39º Encontro da ANPOCS, Caxambu, 2015.

ECHEVERRÍA, Cristóbal Fritz. Libertad e ignorancia, mercado y competencia: La normatividad antropológico-política em F. Hayek y M. Friedman. *Estudios de Filosofía Práctica e Historia de las Ideas* / issn en línea 1851-9490 / Vol. 18 nº 2, Mendoza / Diciembre 2016 / Artículos (45–52)

GUEST, Chris. The Role of Government in the Political Economy of John Locke, *History of Economics Review*, 18:1, 19-33, 1992.

HARVEY, David. *O Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HAYEK, Friedrich. Los fundamentos éticos de una sociedad libre. *Estudios Públicos* (Santiago: Centro de Estudios Públicos) 3: 69-82, 1981.

_____. *O Caminho da Servidão*. São Paulo: Instituto Von Mises, 2010.

IANNI, Octavio. *Sociologia da Sociologia Latino-Americana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

KALTWASSER, C. R. La derecha en America Latina y su lucha contra la adversidad. *Nueva Sociedad*, n.254, p.34-45, 2014.

LAMOUNIER, Bolívar. *Tribunos, profetas e sacerdotes: intelectuais e ideologias no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

LOCKE, John. *O Segundo Tratado sobre o Governo Civil*. São Paulo: IBRASA, 1963.

_____. *Some Thoughts concerning education*. Londres: Answ Edition, 1913.

LOUREIRO, Maria Rita. *Os economistas no governo. Gestão econômica e democracia*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A Sagrada Família: ou a crítica da crítica crítica*. 2ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1974.

MILLS, Charles W. *The racial contract*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1997.

MOUFFE, Chantal. *Sobre o Político*. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

PATEMAN, Carole. *O Contrato Sexual*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

POCOCK, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

RIBEIRO, Andrea. Práticas de política econômica: um teste das atas do Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil (2003-2014). **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba , v. 25, n. 64, p. 99-120, Dec. 2017 .

ROCHA, Camila. Direitas em Rede: think tanks de direita na América Latina. In: CRUZ et al. *Direita, Volver! O Retorno da Direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SARTORI, Giovanni. Concept Misformation in Comparative Politics. *American Political Science Review*. 64:1033-53, 1970.

SHAPIRO, Ian. *Os Fundamentos morais da política*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SOLANO, Esther. Crise da democracia e extremismos de direita. *Friedrich Ebert Stiftung. Análise*, nº 42, 2018.

THOMPSON, Martyn P. Locke's contract in context. In: BOUCHER, David; KELLY, Paul. *The Social Contract: From Hobbes to Rawls*. Londres: Routledge, 1994.

TULLY, James. *A Discourse on Property: John Locke and his adversaries*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

WALDROM, Jeremy. John Locke: Social Contract versus Political Anthropology. In: BOUCHER, David; KELLY, Paul. *The Social Contract: From Hobbes to Rawls*. Londres: Routledge, 1994.

WEYLAND, K. Neopopulism and Neoliberalism in Latin America: how much affinity?. *Third World Quarterly*, p.1095-1115, 2003.

Anexos:

Quadro 1: Lista de Citações associadas aos códigos.

ID	Codes	Quotation Content	Reference
1:2	Causadores	Nos últimos 30 anos o marxismo cultural e suas derivações como o gramscismo, se uniu às oligarquias corruptas para minar os valores da Nação e da família brasileira.	8:94 - 8:262
1:8	Causadores	Após 30 anos em que a esquerda corrompeu a democracia e estagnou a economia, faremos uma aliança da ordem com o progresso: um governo Liberal Democrata	10:307 - 10:461
1:9	Causadores	grupos de interesses escusos que quase destruíram o país.	10:246 -

			10:304
3:1	Causadores	Após 30 anos de governos social-democratas no Brasil, chegou a hora de uma aliança liberal-democrata assumir a presidência do País,	417 - 548
3:2	Causadores	“A população hoje grita ‘segurança’, e não ‘economia’”.	1111 - 1165
	Problema		
3:4	Causadores	No Brasil, só houve governo social-democrata nos últimos 30 anos: teve o social-democrata de chão de fábrica com o PT, social-democrata de imposto de renda com o PSDB, até o próprio PMDB do Sarney era social-democrata. E o saldo final é um governo totalmente disfuncional	3139 - 3409
3:8	Causadores	Não adianta dizer “foi o PT”, na verdade foi a social-democracia, que está há 30 anos no governo, desde José Sarney, passando pelos dois mandatos do FHC e pelos 4 mandatos do PT	6835 - 7011
3:10	Causadores	Em 2006, eu fiz esse diagnóstico que eu estou te falando agora. Eu disse na ocasião que acreditava que daqui uns 10 anos a esquerda estaria esburacada, porque toda essa escala de roubo iria continuar aumentando e atingiria todo o espectro político. Da mesma forma que depois de 20 anos de regime militar a direita ficou queimada politicamente. O diagnóstico feito em 2006 era relativamente simples: do regime militar pra cá, os gastos públicos saíram de 18% do PIB aos atuais 45% do PIB	9806 - 10291
	Problema		
3:14	Causadores	Você sabe qual é a função básica de um governo? Se você perguntar isso para um social-democrata, ele dirá que é saúde, educação, mas não é isso. Essa pauta é recente na história, surgiu há uns 300 anos, depois da Revolução Francesa. A função básica de um governo é preservar vidas e propriedades, e surgiu 500 anos atrás, com Thomas Hobbes e depois com John Locke. É o que o Bolsonaro está dizendo, preservar vidas e propriedades	12857 - 13285
	Problema		
3:23	Causadores	PT e PSDB sempre foram parecidos, e eu escrevo isso há 30 anos. Na política brasileira, depois de 20 anos de um regime militar associado politicamente à direita, houve uma reação a isso que foi de esquerda	27356 - 27560
3:24	Causadores	Não é a social-democracia por si, é a incapacidade de resposta aos desafios que surgiram. É fútil, tola, a discussão sobre se o Estado é grande no Brasil. Se você olhar do ponto de vista de necessidade do financiamento do setor público, é enorme e disfuncional	28084 - 28343
3:27	Causadores	O país está preso. É uma armadilha de baixo crescimento e corrupção sistêmica. Nós já sabemos que foi culpa do dirigismo econômico.	31305 - 31435
	Problema		
3:29	Causadores	Dentro do centro estão conservadores oportunistas e conservadores realmente conservadores. Os oportunistas querem preservar os privilégios, e os de verdade acreditam nos princípios, querem uma estabilidade política, etc. A esquerda comprou os conservadores oportunistas	36049 - 36317
4:1	Causadores	Mas, por ignorância econômica, preconceito ideológico e oportunismo político, a social-democracia hegemônica preferiu manter as engrenagens do Antigo Regime. Recebeu em troca o apoio das criaturas do pântano — políticos conservadores, grupos de interesse e correligionários arrivistas. A hipertrofia e o aparelhamento da máquina do Estado são um monumento a essa aliança perversa, a essa incapacidade de reformar o antigo que se tornou obsoleto em face das necessidades de um novo tempo	1802 - 2287
	Problema		
4:2	Causadores	As crises bancárias, o colapso do crédito, a quebra de empresas no setor imobiliário, a bancarrota de governos nacionais e a falência das redes de solidariedade e assistência social são sintomas dos excessos cometidos por financistas anglo-saxões e social-democratas europeus.	4945 - 5213
	Problema		
4:7	Causadores	Quem nega as supostas diferenças entre tucanos e petistas não sou eu, são os próprios tucanos. Não assumem a responsabilidade política pelas privatizações. Não propuseram reformas modernizantes na legislação trabalhista ou no regime previdenciário. Não patrocinaram a independência formal do Banco Central. Pareceu-lhes mais importante garantir a reeleição de FHC do que defender as reformas. E não me parece justo que, sem confessar sua própria hesitação conversão aos bons fundamentos macroeconômicos, questionem a conversão ainda mais rápida de Lula ao novo paradigma	14920 - 15489
4:8	Causadores	Teria sido o rei-sol da sociologia nativa, que preteriu as reformas contra o atraso do Antigo Regime em benefício de um segundo mandato, com o brilho de um saber da Sorbonne e a astúcia de um príncipe florentino? Esperávamos tanto dele	17238 - 17472
4:10	Causadores	É também o vazio, a inapetência por reformas, a obsolescência da própria agenda social-democrata, que permite a criação desse vácuo de poder. É o vazio da “vanguarda” que produz o cortejo do “atraso”.	23009 - 23208

4:12	Causadores	Afinal, parecem intransponíveis as dificuldades da classe política em superar os obstáculos do corporativismo, da cumplicidade tribal e do código de acomodação entre membros de pequenos bandos	25720 - 25911
4:13	Causadores	Nunca houve uma agenda positiva de reformas. Foi sempre uma guerra de extermínio entre espécies semelhantes (tucanos e petistas) pelo domínio de um nicho ecológico: a hegemonia social-democrata. E, uma vez no poder, aí sim, o “cortejo ao atraso” para manter o vazio de sua agenda, para explicar sua omissão quanto às reformas necessárias, principalmente a reforma política	28346 - 28717
4:20	Causadores	São incumpríveis as promessas de bemestar feitas por uma classe política irresponsável. Empreguismo, corporativismo, inchaço do setor público, benefícios e aposentadorias irrealistas, sob o embalo da utopia social-democrata, estouraram os orçamentos públicos. E agora se encontram trancados na jaula do euro, da qual não conseguem escapar	77090 - 77427
1:10	Problema	Mais de 62 mil homicídios por ano. • Mais de UM MILHÃO de brasileiros foram assassinados desde a 1ª reunião do Foro de São Paulo. • Epidemia de crack, introduzido no Brasil pelas filiais das FARC. • Corrupção generalizada e ameaças às instituições que a estão combatendo.	12:244 - 12:523
1:11	Problema	o Brasil NUNCA adotou em sua História Republicana os princípios liberais. Ideias obscuras, como o dirigismo, resultaram em inflação, recessão, desemprego e corrupção	13:315 - 13:483
1:12	Problema	O quadro atual deve ser visto como o resultado da forma perniciosa e corrupta de se fazer política nas últimas décadas, caracterizada pelo loteamento do Estado, o popular “toma lá-dá-cá”	17:429 - 17:620
1:14	Problema	A complexidade burocrática alimenta a corrupção.	20:147 - 20:195
1:15	Problema	idades administradas pela esquerda,	26:937 - 26:974
1:16	Problema	o avanço das drogas e da esquerda são prevalentes nas regiões mais violentas do mundo	26:328 - 26:414
1:18	Problema	afastar o populismo e garantir que o descontrole das contas públicas nunca seja ameaça ao bem-estar da população	52:179 - 52:292
1:20	Problema	o Brasil gasta anualmente um Plano Marshall (que reconstruiu a Europa após a 2ª Guerra Mundial) com o pagamento de juros, sem contrapartidas para a população	56:223 - 56:382
3:2	Causadores	“A população hoje grita ‘segurança’, e não ‘economia’”.	1111 - 1165
	Problema		
3:5	Problema	Uma parte enorme desses 45% do PIB comprometido em despesas é o juro da dívida. Ela não brotou nem caiu da lua, ela foi consequência da estratégia social-democrata, que produziu um custo de dívida de R\$ 4 trilhões, que hoje dá uma despesa de quase R\$ 400 bilhões ao ano em juros. R\$ 400 bilhões é um plano Marshall [na época foram US\$ 13 bilhões, mas trazendo aos valores de hoje daria pouco mais de US\$ 100 bilhões, o que dá os R\$ 400 bilhões citados].	4287 - 4740
3:6	Problema	O pecado original de todos os planos de estabilização da economia brasileira foi nunca atacar frontalmente a dimensão fiscal	6095 - 6218
3:7	Problema	O Brasil tornou-se assim o paraíso dos rentistas e o inferno dos empreendedores	6221 - 6299
3:9	Problema	Só que o poder corrompe, e poder absoluto corrompe absolutamente: Correios, em vez de entregar carta, estava fazendo o Mensalão. A Petrobras, em vez de cuidar do pré-sal, estava fazendo o Petrolão. Se perderam. O diagnóstico de um liberal-democrata vendo 30 anos de experiência social-democrata é assim: eu avisei	8737 - 9049
3:10	Causadores	Em 2006, eu fiz esse diagnóstico que eu estou te falando agora. Eu disse na ocasião que acreditava que daqui uns 10 anos a esquerda estaria esburacada, porque toda essa escala de roubo iria continuar aumentando e atingiria todo o espectro político. Da mesma forma que depois de 20 anos de regime militar a direita ficou queimada politicamente. O diagnóstico feito em 2006 era relativamente simples: do regime militar pra cá, os gastos públicos saíram de 18% do PIB aos atuais 45% do PIB	9806 - 10291
	Problema		
3:11	Problema	Essa combinação de centralização de poder e crescimento de gastos do governo é o que acaba com um país. Isso que provocou a Revolução Francesa no século XVIII e isso que	10698 - 10948

		colapsou a Venezuela. A União Soviética também foi assim. São episódios seculares	
3:13	Problema	Nosso grande erro foi não entender que a estrutura do Estado tinha que mudar	11970 - 12045
3:14	Causadores Problema	Você sabe qual é a função básica de um governo? Se você perguntar isso para um social-democrata, ele dirá que é saúde, educação, mas não é isso. Essa pauta é recente na história, surgiu há uns 300 anos, depois da Revolução Francesa. A função básica de um governo é preservar vidas e propriedades, e surgiu 500 anos atrás, com Thomas Hobbes e depois com John Locke. É o que o Bolsonaro está dizendo, preservar vidas e propriedades	12857 - 13285
3:17	Problema	A bolha pensa em direitos humanos, que são demandas legítimas, corretas e sofisticadas da sociedade. Só que o povo está lá fora gritando socorro porque não sabe se levará um tiro hoje ou amanhã	17196 - 17388
3:22	Problema	“Nosso grande desafio é transformar o Estado dirigista moldado pelo regime militar”.	23882 - 23965
3:25	Problema	Ele consome 45% do PIB, somando impostos mais o déficit. Mas ele gasta mais com ele mesmo e com o passado inepto dele, ou seja, os juros da dívida, os privilégios previdenciários do setor público e com a máquina pública. Gasta 6% do PIB em educação e 5% em saúde, mais que alguns países desenvolvidos, e não é o suficiente. E não conseguimos cumprir uma função básica do Estado que vem antes, que é a preservação de vidas e propriedades	28346 - 28781
3:26	Problema	O Brasil, ainda que só um lado tenha prevalecido nos últimos 30 anos, é uma democracia emergente virtuosa, uma sociedade aberta, de Karl Popper, em construção	30049 - 30206
3:27	Causadores Problema	O país está preso. É uma armadilha de baixo crescimento e corrupção sistêmica. Nós já sabemos que foi culpa do dirigismo econômico.	31305 - 31435
3:28	Problema	Mas a força dele não foi essa. Não foi por isso que ele subiu. A mídia não está entendendo que há um pedido pela função básica do Governo, que é garantir ordem. Bolsonaro está representando uma classe média esquecida e abandonada, agredida em seus princípios e valores, e que quer ordem	31804 - 32089
3:33	Problema	O excesso de gastos públicos corrompeu a democracia e estagnou a economia	46171 - 46243
3:35	Problema	O Brasil precisa ir em direção a uma economia de mercado. Tem que acabar com a disfuncionalidade do governo.	50783 - 50890
4:1	Causadores Problema	Mas, por ignorância econômica, preconceito ideológico e oportunismo político, a social-democracia hegemônica preferiu manter as engrenagens do Antigo Regime. Recebeu em troca o apoio das criaturas do pântano — políticos conservadores, grupos de interesse e correligionários arrivistas. A hipertrofia e o aparelhamento da máquina do Estado são um monumento a essa aliança perversa, a essa incapacidade de reformar o antigo que se tornou obsoleto em face das necessidades de um novo tempo	1802 - 2287
4:2	Causadores Problema	As crises bancárias, o colapso do crédito, a quebra no setor imobiliário, a bancarrota de governos nacionais e a falência das redes de solidariedade e assistência social são sintomas dos excessos cometidos por financistas anglo-saxões e social-democratas europeus.	4945 - 5213
4:3	Problema	Empreguismo, corporativismo, inchaço do setor público, benefícios e aposentadorias irrealistas engordaram sem limites os orçamentos públicos sob o emboço da utopia social-democrata	5676 - 5855
4:5	Problema	Os gregos descobriram que nem os deuses do Olimpo podem mais garantir o paraíso social-democrata na Terra. Sonegação desenfreada de impostos e aposentadorias dionisíacas são incompatíveis	12146 - 12332
4:6	Problema Soluções	o relativo declínio do Ocidente por seus próprios excessos. Os ocidentais terão de se ajustar a uma nova realidade, o desafio da competição com 3,5 bilhões de trabalhadores das economias emergentes eurásicas. Mão de obra cada vez mais qualificada, sem encargos sociais e trabalhistas, sem benefícios previdenciários, que se tornou um desafio existencial aos abusos cometidos pela civilização ocidental	13154 - 13555
4:11	Problema	Nossos gastos públicos são centralizados em demasia (o que pede uma reforma fiscal), financiados por impostos excessivos (precisamos de uma reforma tributária), sob legislação trabalhista obsoleta e encargos sociais proibitivos (carecemos também das reformas trabalhista e previdenciária).	25112 - 25400
4:14	Problema	Estamos diante de uma transição incompleta. É no apoio à inoperância, à blindagem contra escândalos, à manutenção do muito que há do Antigo Regime que se destaca e ganha relevo o “peemedebismo”.	28720 - 28914

4:15	Problema	No poder, PT e PSDB seguem a agenda obsoleta – sem fazer as reformas tão necessárias ao Brasil. PSDB e PT se revezam no poder há cinco eleições presidenciais com alianças oportunistas, retrógradas e visceralmente corruptas, conforme acusações recíprocas	32085 - 32336
4:16	Problema	O descontrole de gastos públicos sistematicamente promovido pela social-democracia criou uma verdadeira armadilha de baixo crescimento. A falta de bons fundamentos no regime fiscal abala a credibilidade do governo, colocando sobre o Banco Central toda a responsabilidade pelo combate à inflação.	37531 - 37825
4:18	Problema	Os encargos trabalhistas sempre foram armas de destruição em massa de empregos para os trabalhadores brasileiros, atingindo em cheio os de menor qualificação e experiência	100318 - 100488
4:19	Problema	A social-democracia brasileira busca a “inclusão social” desde a redemocratização do país, em 1985, pela expansão ininterrupta dos gastos públicos, protagonizando o mais longo programa de combate à inflação da história ocidental	99455 - 99682
4:21	Problema	Na superfície, essa é claramente uma crise de Palocci, não uma crise política. Como antes houve a crise da Erenice e também a outra crise de Palocci com seu caseiro. Mas abaixo da superfície temos as águas turvas e turbulentas de uma transição incompleta do Antigo Regime para a Grande Sociedade Aberta. Pois é mesmo extraordinária a concentração de poder econômico e influência política na chefia da Casa Civil	72779 - 73189
4:23	Problema	Regimes autoritários deformam e embrutecem até mesmo seus opositores. Moldam seus antagonistas, que se tornam também intolerantes. Com isso, perdem-se as nuances e a riqueza trazidas pela diversidade de opiniões, típicas das democracias liberais. Substituídas por simplificações grosseiras e obsoletas, como “esquerda e direita”, rótulos cada vez menos adequados para a compreensão dos fenômenos sociais	58509 - 58912
1:3	Soluções	Quebrado o atual ciclo, com o Brasil livre do crime, da corrupção e de ideologias perversas, haverá estabilidade, riqueza e oportunidades para todos tentarem buscar a felicidade da forma que acharem melhor.	5:88 - 5:297
1:4	Soluções	Os frutos materiais dessas escolhas, quando gerados de forma honesta em uma economia de livre iniciativa, têm nome: PROPRIEDADE PRIVADA! Seu celular, seu relógio, sua poupança, sua casa, sua moto, seu carro, sua terra são os frutos de seu trabalho e de suas escolhas! São sagrados e não podem ser roubados, invadidos ou expropriados!	4:372 - 4:709
1:5	Soluções	Propomos um governo decente, diferente de tudo aquilo que nos jogou em uma crise ética, moral e fiscal.	2:76 - 2:179
1:6	Soluções	A forma de mudarmos o Brasil será através da defesa das leis e da obediência à Constituição, Assim, NOVAMENTE, ressaltamos que faremos tudo na forma da Lei	6:81 - 6:236
1:7	Soluções	A Liberdade é o caminho da prosperidade. Não permitiremos que o Brasil prossiga no caminho da servidão.	7:368 - 7:471
1:13	Soluções	Os recursos devem estar próximos das pessoas:	19:593 - 19:638
1:17	Soluções	Todo indivíduo deveria ter as condições de fazer escolhas que permitam preservar sua vida, sua liberdade e buscar sua felicidade, além do conforto de sua família	51:350 - 51:513
1:19	Soluções	Esse processo de redução de dívida será reforçado com a realização de ativos públicos	55:686 - 55:772
1:21	Soluções	Estimamos reduzir em 20% o volume da dívida por meio de privatizações, concessões, venda de propriedades imobiliárias da União e devolução de recursos em instituições financeiras oficiais que hoje são utilizados sem um benefício claro à população brasileira	56:616 - 56:876
1:22	Soluções	c) descentralização e municipalização para aumentar recursos tributários na base da sociedade;	58:495 - 58:588
1:23	Soluções	O debate sobre privatização, mais do que uma questão ideológica, visa a eficiência econômica, bem-estar e distribuição de renda. Temos que ter respeito com os pagadores de impostos	61:96 - 61:277
1:24	Soluções	pretendemos instituir uma renda mínima para todas as famílias brasileiras. Todas essas ideias, inclusive o Bolsa Família, são inspiradas em pensadores liberais, como Milton Friedman, que defendia o Imposto de Renda Negativo	63:128 - 63:353
3:3	Soluções	depois de 30 anos de social-democracia, vai haver uma aliança liberal-democrata, de centro, conservadores e liberais em torno de um programa liberal para a economia.	2933 - 3097
3:12	Soluções	Agora vão buscar um liberal correndo para consertar isso tudo	11872 - 11932
3:15	Soluções	E essa “ordem” precisa de um “progresso”, que não é a pessoa Paulo Guedes, mas sim as	13472 -

		ideias liberais. Foram elas que transformaram em potência Inglaterra e os Estados Unidos, foi o que reconstruiu a Alemanha no pós-guerra e deu diretriz ao Chile	13717
3:16	Soluções	a classe política está madura, ela já entendeu que precisamos de um programa fiscal. Todos os candidatos estão falando de programa fiscal. O Brasil não vai se perder, ele tem uma história muito rica e aprendeu bastante nesse meio tempo	15119 - 15353
3:18	Soluções	A ordem, que é a função básica de qualquer governo	17475 - 17525
3:19	Soluções	"Que a nossa economia realmente passe a ser liberal. Este é o nosso sonho",	19002 - 19077
3:20	Soluções	Com o slogan "mais Brasil, menos Brasília", a equipe de Bolsonaro promete desmontar o "Estado-máquina" e descentralizar o poder, redistribuindo recursos para estados e municípios	19923 - 20100
3:21	Soluções	defende privatizar todas as estatais, a discussão sobre Estado mínimo ou intervencionista na economia é uma besteira, uma vez que ele sempre deverá estar prese	23244 - 23402
3:30	Soluções	Não acho que Bolsonaro é um salvador da pátria e nem que vou resolver tudo para ele. É uma aliança política de centro-direita depois de 30 anos de social-democracia	40346 - 40509
3:31	Soluções	Eu o convenci a respeito de Banco Central independente, que ele era contra. Nós conversamos e em 24 horas ele falou "sou a favor de Banco Central independente".	41582 - 41741
3:32	Soluções	Isso é uma coisa complexa. O pai desse conceito de renda básica é o [economista] Milton Friedman. O Bolsa Família é uma versão disso. Evidente que isso está no nosso mapa. Essa renda mínima foi desenhada de modo a deixar o mercado funcionar, com salários livres e sem esse negócio de Justiça trabalhista	43851 - 44153
3:34	Soluções	O Estado máquina tem que começar a virar o Estado vontade, do povo	47280 - 47345
4:4	Soluções	O Ocidente em declínio por seus próprios excessos não tem mais como acomodar passivamente essa implacável inserção de mão de obra asiática cada vez mais qualificada, sem encargos sociais e trabalhistas, sem benefícios previdenciários	8979 - 9211
4:6	Problema Soluções	o relativo declínio do Ocidente por seus próprios excessos. Os ocidentais terão de se ajustar a uma nova realidade, o desafio da competição com 3,5 bilhões de trabalhadores das economias emergentes eurásianas. Mão de obra cada vez mais qualificada, sem encargos sociais e trabalhistas, sem benefícios previdenciários, que se tornou um desafio existencial aos abusos cometidos pela civilização ocidental	13154 - 13555
4:9	Soluções	Como dizia a notável Margaret Thatcher, "esperar o consenso é negar a importância dos líderes". Pois são compreensíveis as dificuldades da classe política em transpor os obstáculos do corporativismo, da cumplicidade tribal e do código de acomodação entre membros de pequenos bandos. Mas a superação desses fenômenos é incontornável para a consolidação e o bom funcionamento de uma democracia emergente	20431 - 20831
4:17	Soluções	O preço da comida e as novas tecnologias derrubam ditadores em série. Só não sabemos o que virá. Há o perigo de uma feroz disputa por petróleo. E também da ascensão política do fundamentalismo islâmico. Mas há esperança: a oportunidade de enorme avanço da região rumo à Grande Sociedade Aberta, da democracia e dos mercados	46130 - 46452
4:22	Soluções	Um governo precisa calibrar a trajetória de seus instrumentos de controle, como os gastos públicos, as taxas de juros, a política cambial e os níveis de encargos trabalhistas, de modo a garantir as desejadas trajetórias de seus objetivos macroeconômicos, como a maior taxa de crescimento sustentável, inflação baixa ou mesmo estabilidade de preços, o pleno emprego e o equilíbrio das contas externas	63448 - 63846